

A “REIVENÇÃO” DO CEARÁ EM FINS DO SÉCULO XVIII E AS NEGOCIAÇÕES POLÍTICAS COM A COROA PORTUGUESA

Profa. Dra. Marilda Santana da Silva
Departamento de História/UFC
marota1500@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Por uma História Renovada Sobre a Política e a Administração da Capitania do Siará-Grande

Mediante o projeto de pesquisa intitulado A América Portuguesa em fins do século XVIII: A Atuação Política e Administrativa da Capitania do Ceará na crise do Antigo Regime (1799-1822), aprovado no ano de 2007, no Departamento de História da Universidade Federal do Ceará/UFC, – passamos a ter contato efetivo com a história, a historiografia e as fontes arquivísticas sobre o Ceará no período colonial. Após uma análise sobre a historiografia regional, pudemos constatar que, atualmente, a historiografia regional, possui uma grande carência de estudos sobre política e administração do Ceará no período colonial¹.

¹ Os estudos mais atuais sobre o Ceará colonial publicados seguem o viés da história econômica, ou têm como temáticas a questão indígena, a história da família e sobre a violência praticada no interior do território no período colonial. Sobre os trabalhos publicados com enfoque em história econômica destaco a obra de Valdelice Carneiro Girão. *As oficinas ou charqueadas no Ceará*. Fortaleza: Secult, 1995. Apesar da primeira edição da obra ter sido publicação na década de 80 do século XX, ainda é mencionado nas pesquisas mais atuais sobre história econômica no Ceará no período colonial, mesmo que seja para refutar as suas influências teóricas consideradas tributárias de certo “Sentido da Colonização”, eixo central da obra *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Júnior. Já com respeito à resistência indígena ver, por exemplo, Francisco José Pinheiro “Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território”. In: Simone de Sousa (org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000; Isabelle Braz Peixoto da Silva. *Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino*. São Paulo: Pontes, 2006 & Paulo Sérgio Barros. *Confrontos invisíveis: colonialismo e resistência indígena no Ceará*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002. Sobre esta temática ver, ainda, Maria Sylvania Porto Alegre. “Aldeias indígenas e povoamento do Nordeste no final do século XVIII: aspectos demográficos da cultura de contato”. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: HUCITEC/Anpocs, 1992 & Renato Batista Aragão. *Índios do Ceará e topônimos indígenas*. Fortaleza: Barraca do Escritor Cearense, 1994. Já sobre a história da família ver Billy Jaynes Chandler. *Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns: a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil (1700-1830)*. Fortaleza: Edufc; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981 & o instigante livro de Antônio Otaviano Vieira Júnior. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004. Existem, atualmente, alguns outros promissores estudos monográficos (monografias de bacharelado, dissertações de mestrado e poucas teses de doutorado) sobre o Ceará no período colonial que contemplam temáticas mais diversas, tais como: o período do domínio holandês, as tropas militares e pesquisas sobre a formação e atuação de elites políticas e econômicas. Porém, raros são os estudos atuais que têm como temática a política e a administração do Ceará na crise do Antigo Regime português.

Em fins do século XIX e início do século XX a história política e administrativa do Ceará colonial foi bastante pesquisada pelos membros do Instituto do Ceará, instituição criada em 1887. Nesta primeira fase, a historiografia cearense voltava-se, sobretudo, para o período colonial, sendo o Barão de Studart um dos principais expoentes desta produção historiográfica. Após esta primeira fase, que de certa forma, coincide com a morte de seu presidente-fundador, os estudos políticos sobre o período colonial passaram a perder o lugar de destaque na historiografia regional.

É certo que a historiografia sobre a política e a administrativa do Ceará colonial, produzida no âmbito do Instituto, está cerceada por um projeto ideológico que a instituição se propunha, que primava pelos grandes fatos, acontecimentos e personagens, buscando enaltecer alguns governantes. Mesmo assim esta produção acadêmica foi relevante no cotejamento do nosso objeto de pesquisa, sendo de grande valia para que pudéssemos compreender aspectos importantes da colonização do Ceará no período colonial².

Não podemos também negligenciar que este certo viés historiográfico não é característico apenas da produção histórica produzida no interior do Instituto do Ceará, posto que se alinhava teórica e metodologicamente com a historiografia produzida pelas suas congêneres de outros estados e pela própria historiografia produzida no interior do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB, que direcionava a escrita da História para a construção de enaltecidas histórias locais.

Entre os anos de 1944 e 1945 o historiador José Honório Rodrigues, juntamente com Leda Boechat Rodrigues, fizeram os índices anotados da Revista do Instituto do Ceará, considerada até então uma das mais importantes do país. Em 1954, no Congresso de História Comemorativo do Tricentenário da Restauração de Pernambuco, o Instituto Histórico do Ceará, com o apoio do reitor da UFC, prof. Antônio Martins Filho, assumiram a responsabilidade de editar o índice da Revista. A convite do historiador cearense Raimundo Girão, membro do Instituto, José Honório Rodrigues e Leda Boechat, publicam o índice da Revista do Ceará do Tomo I ao LXVIII, isto é, do ano de sua fundação 1887 a 1954.

José Honório Rodrigues, além de preparar o índice da Revista, também realizou pesquisas sobre o processo de colonização do território do Ceará. O

² Sobre a historiografia tributária do Instituto Histórico do Ceará ver, por exemplo, Guilherme Studart. *Datas e factos para a história do Ceará*. Tomo I: Ceará colônia. Fac-simile da 1ª ed. de 1896. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001 & *Geografia do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1994; Antônio Bezerra. *O Ceará e os Cearenses*. 1ª edição de 1906. Edição fac-similar. Coleção Biblioteca Básica Cearense. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001 & *Algumas Origens do Ceará*. Fortaleza: Typografia Minerva, 1918; Tristão de Alencar Araripe. *Historia da Província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850*. 2ª ed. Anotada. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1958; entre outras obras.

historiador considerou que D. Diogo Botelho e Diogo de Meneses “*foram os padrinhos de nascimento do Ceará para a história*”. Para José Honório

“Ao primeiro deve a capitania à expedição de conquista e colonização dirigida em 1603 por Pero Coelho e ao segundo não só a idéia da criação das duas capitanias de Jaguaribe ou Ceará e do Camocim, abrangendo seu atual território, como também a primeira feitoria ali estabelecida por esforço de Martim Soares Moreno. Este porém é seu fundador. Participou da primeira expedição em 1603, e lá esteve várias vezes e, em 1611, fundou o fortim, sinal de posse e conquista”³.

Tristão Alencar Araripe, por sua vez, considerou que o espaço de ocupação do solo cearense iniciou-se de fato na administração do Governador Geral do Brasil, Diogo de Meneses, entre o período de 22 de agosto de 1608 a 22 de agosto de 1612. Nas primeiras décadas do início do século XVII houve outras expedições, como por exemplo, as lideradas, em 1607, pelos padres jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueiras e a expedição liderada pelo açoriano Pero Coelho em 1603, o território foi ainda ocupado duas vezes por Tropas holandesas, entre os anos de 1637-1643 e 1649-1654. Em 1654, após a restauração portuguesa e a nomeação do capitão-mor Álvaro de Azevedo as tropas batavas deixaram o Ceará.⁴

Entretanto, torna-se importante ressaltar que no período de 1621-1656, política e administrativamente a capitania do Ceará fazia parte do Estado do Maranhão e Grão Pará. A partir de 1656, passou a ser capitania subalterna à capitania de Pernambuco. Em 1624 o Estado do Maranhão separou-se do Governo Geral do Brasil, sendo composto pelo Pará, Maranhão, Piauí e parte do Ceará. Porém, parece que os limites do Novo Estado do Brasil nunca foram bem claramente determinados. No caso do território do Ceará o geógrafo Pedro Théberge nos diz que se por um lado às missões dos padres jesuítas na prática da conversão dos índios ao Cristianismo dependiam do Estado Maranhão, por outro, o Ceará nunca deixou de se dirigir ao governo de Pernambuco para socorrê-los nos casos mais urgentes. Um exemplo desta dependência se dá pelo fato das tropas que guarneciam os presídios do Ceará partiam da capitania do Pernambuco⁵.

³Cf. José Honório Rodrigues. Introdução do Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará (Do Tomo I ao LXVIII), 1887-1954. “*A Historiografia Cearense na Revista do Instituto do Ceará*”. José Honório Rodrigues e Leda Boechat Rodrigues (Orgs.). Fortaleza: ABC Editora, 2002, p. 15.

⁴ Ver Tristão e Alencar Araripe. *História da Província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850*. 2ª ed. Anotada. Fortaleza: Typografia Minerva, 1958. 1ª edição de 1867 & Antônio Bezerra. *Algumas Origens do Ceará*. Fortaleza: Typografia Minerva, 1918, pp. 203-208.

⁵De acordo com o Pedro Théberge. *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará*. Tomo I. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, pp. 96-97.

Théberge destaca, ainda, que apesar de algumas datas mais antigas do baixo Jaguaribe, importante rio perene do Ceará, serem concedidas depois da expulsão dos holandeses por El-Rei de Portugal, outras foram concedidas pelo Governo Geral do Estado do Brasil. Para o autor, estes fatos mostram que se parte do Ceará de direito pertencia ao Maranhão, de fato dependia do Estado do Brasil⁶.

É notório, portanto, que inicialmente o território do Ceará não ocupava um lugar de destaque no processo de colonização da América portuguesa, ora fazendo parte do Estado do Maranhão, ora da capitania de Pernambuco. O Ceará tornou-se uma capitania autônoma somente em 1799.

A historiografia tradicional - tributária do Instituto Histórico do Ceará - compreende a emancipação tardia da capitania devido à própria política mercantilista adotada no processo de conquista e colonização do solo da América portuguesa, que ocorreu de forma diferenciada entre as capitanias da atual região do Nordeste. Nos primeiros séculos de colonização, apenas as capitanias de Pernambuco e Salvador se firmaram como maiores centros exportadores açucareiros. As outras capitanias, inclusive a cearense, tiveram um destino diferenciado e não desenvolveram com a mesma intensidade nos moldes adotados por Pernambuco e Salvador. No caso específico do território do Ceará, a qualidade do solo e as características da faixa litorânea impediram a implantação do empreendimento açucareiro. Este fato acabou sendo considerado pela historiografia tradicional como crucial aos interesses econômicos e políticos dos portugueses sobre esta região. Voltarei a esta questão adiante, pois apesar de concordar com parte deste pressuposto, considero muito reducionista na compreensão do processo tardio de autonomia da capitania do Ceará⁷.

Já se sabe que apenas em fins do século XVII e a primeira metade do século XVIII, como estratégia de expansão dos espaços lucrativos coloniais, em uma conjuntura de crise da economia açucareira, houve o incentivo do avanço das fronteiras do *sertão norte* da América portuguesa. Começa a expansão da pecuária e o surgimento dos caminhos do gado. Segundo o historiador paulista Pedro Puntoni, “este processo recobriu uma ampla região de terras semi-áridas que vão do norte da

⁶ Théberge, op. cit. p. 97.

⁷ Ver a respeito às obras de Antônio Bezerra. *O Ceará e os Cearenses*. 1ª edição de 1906. Edição fac-similar. Coleção Biblioteca Básica Cearense. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001 & *Algumas Origens do Ceará*. Fortaleza: Typografia Minerva, 1918. Ver também Tristão de Alencar Araripe. *Historia da Província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850*. Typografia Minerva, 1958. 1ª edição de 1867.

*Bahia até o leste do Maranhão, abarcando parte das capitanias do Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, Piauí e Ceará*⁸”.

Foi justamente neste período, isto é, em fins do século XVII e início do século XVIII, que se iniciou o processo de colonização do território do Ceará com a conquista das regiões interioranas para a pecuária. Surgiu neste período histórico uma série heterogênea de conflitos acirrados entre os colonizadores e os povos nativos que habitavam estes territórios. Puntoni ressalta que no período inicial da colonização ocorreu a denominada “Guerra dos Bárbaros”, ou seja, “*confrontos acirrados entre as populações indígenas e os diversos agentes coloniais que se encontravam no território tais como: moradores, soldados, missionários e bandeirantes*”⁹.

Com o genocídio dos índios, muitos migraram para outras regiões, como a serra de Ibiapaba e até mesmo para Bahia. Puntoni declara que esse conflito, no interior do chamado nordeste seco, atingiu quase cinquenta anos de guerra, partindo do Rio Grande do Norte até o Ceará, quando é palco da guerra final¹⁰. Destacamos aqui que não pretendemos enveredar para o estudo sobre a guerra travada entre os colonizadores e as diversas etnias indígenas que habitavam o Ceará. Esta temática há alguns anos vem sendo pesquisada por historiadores e cientistas sociais, porém distancia-se por demais do escopo e objetivo deste trabalho que busca, em parte, recuperar o processo de colonização do território do Ceará para compreender a sua tardia emancipação política e administrativa.

O historiador cearense Capistrano de Abreu, além de ser pioneiro no estudo sobre a História Social do Ceará, intitulando-a originalmente como a “civilização do couro”, descreve com pormenores os caminhos do gado. Relata que a criação desenvolveu nas proximidades da cidade de Salvador, estendendo-se para o Sergipe à margem direita do Rio São Francisco. Movimento menos acelerado partiu do Pernambuco, após o fim da guerra holandesa. Estavam assim tomados os dois lados do curso inferior do Rio São Francisco. De acordo com Capistrano nas margens pernambucana do rio São Francisco existia a grande propriedade de terra da casa da

⁸Cf. Pedro Puntoni. *A Guerra dos Bárbaros. Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2002, pp. 14-17. O historiador aborda em sua obra, originalmente tese de doutorado, o avassalador processo de conquista de vastas regiões semi-áridas da atual região do Nordeste. Ainda sobre esta temática, porém com o enfoque mais voltado para o processo de colonização do Rio Grande do Norte e do Ceará, as denominadas Guerras do Açú, ver o instigante estudo de Maria Idalina da Cruz Pires. *Guerra dos Bárbaros: resistência indígena e conflitos no nordeste colonial*. Recife: Fudarpe/Cerpe, 1990.

⁹ Ver Pedro Puntoni, *op. cit.*, pp. 14-17.

¹⁰Idem.

Torre, fundada por Garcia d' Ávila, protegido do governador Tomé de Souza. A família possuía duzentas e sessenta léguas de terras, nas margens do rio São Francisco, e nas margens rio Parnaíba possuía mais oitenta léguas. Estas imensas propriedades foram adquiridas com requerimentos de sesmarias. Como o gado da família Torre não dava para preencher tamanha extensão de terras, arrendava-se parte das terras em sítios.

O autor destaca que na margem do Rio São Francisco existia numerosas tribos indígenas, a maioria pertencente ao tronco cariri e com elas houve várias guerras, seja por que não cediam pacificamente as suas terras, ou por pretenderem desfrutar dos gados contra a vontade dos seus donos. Havia ainda muitas terras devolutas para onde os índios acabavam tendo que migrar. Apesar disto, não omite que muitos índios foram escravizados, outros refugiaram em aldeias dirigidas por missionários, e alguns outros “*acostaram-se à sombra de homens poderosos*”, lutando por eles e “*cujos ódios os serviram*”¹¹.

Capistrano de Abreu relata na sua obra Capítulos de História Colonial, que a criação do gado vacum “dispensava a proximidade da praia, dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fomalhas não podiam laborar. Esta produção requeria pessoal diminuto, sem traquejamento especial”¹².

No caso específico do processo de colonização do território do Ceará o historiador descreve que a ocupação do sertão pelo gado foi originária de duas grandes rotas: a primeira, vinha de Pernambuco e seguia a costa litorânea atravessando as capitanias da Paraíba, Rio Grande e Ceará em direção ao Maranhão, dando origem à instalação de fazendas de criar no sentido litoral-sertão, - seguindo a ribeira dos principais rios, no Ceará notadamente o Jaguaribe, Acarau e Coreau, - e a segunda rota seguia pelo interior avançando pelo médio do rio São Francisco até o rio Parnaíba nos limites entre Piauí e o Maranhão, ocupando o sul da capitania¹³.

Na obra *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*, Capistrano de Abreu ressalta que entre os fazendeiros, cada um queria se mostrar mais rico. Dessa forma,

¹¹Cf. João Capistrano de Abreu. Capítulos de História Colonial (1500-1800). 7ª ed. anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000, p. 152.

¹²*Op. cit.*, p. 153.

¹³ Idem.

a paz não podia durar muito tempo, e não durou. É célebre a longa luta que houve entre as famílias Montes e Feitosa e dos Ferros e os Aços¹⁴.

O trabalho nas fazendas de gado exigia mão-de-obra bastante reduzida, estimando-se que mesmo em grandes propriedades utilizavam-se cerca de vinte homens. Desta forma, mesmo levando-se em conta a quantidade relativamente grande das fazendas, quando confrontando o tamanho da população com a média de pessoas ocupadas por unidade uma grande, constata-se que grande parcela da população ficou fora da atividade produtiva.

Um elemento que nos intriga na estratégia da colonização portuguesa do território do Ceará é que apenas em 1699, isto é, em fins do século XII e início do século XVIII, foi criada na localidade de São José do Ribamar/Aquiraz a primeira câmara. Até 1726 a capitania subalterna do Ceará teve apenas uma câmara, que ficou revezando entre duas localidades Aquiraz e Fortaleza. Esta Câmara foi neste período histórico uma das mais importantes instituições política e administrativa da capitania e passou a ser um espaço essencial na articulação dos interesses dos proprietários de terras.

As outras câmaras municipais, criadas na primeira metade do século XVIII, também passaram a ser uma instituição em defesa de interesses particulares dos pecuaristas. Este fato não nos surpreende, visto vez como vimos anteriormente com relação à formação social da capitania do Ceará, os proprietários de terras compunham os grupos dominantes locais¹⁵. Em 1719, por exemplo, os camaristas membros da Câmara de Aquiraz enviaram uma correspondência para a Coroa portuguesa intitulada *“Representação da Câmara do Povo do Ceará, solicitando a desanexação da serra da Ibiapaba para transformá-la em terras apropriadas para a pecuária¹⁶”*.

Em meados do século XVIII, por força do mando do primeiro ministro do rei D. José I, Sebastião de Mello e Castro, o futuro marquês de Pombal, algumas aldeias jesuíticas do Ceará também foram transformadas em vilas. A ordem régia que

¹⁴ João Capistrano de Abreu. Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil. 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 135.

¹⁵ São as seguintes vilas e câmaras municipais criadas na capitania subalterna do Ceará em fins do século XVII e na primeira metade do século XVIII: São José do Ribamar/Aquiraz (1699), Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção (1726), Nossa Senhora da Expectação do Icó (1738), e Santa Cruz do Aracati (1748). Ver Guilherme Studart. *Datas e factos para a história do Ceará*. Tomo I: Ceará Colônia. Fac-simile da 1ª ed. De 1896. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

¹⁶ Projeto Resgate de Documentação Histórica. Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Ceará (1618-1832). CT: AHU ACL CU 017, caixa 7, do.c. 391.

mandava elevar as aldeias a vilas, retirando delas a administração dos jesuítas e mandando seqüestrar os seus bens, foi lançada em 14 de setembro de 1758. Porém, o capitão-mor da capitania anexa do Ceará só tomou conhecimento da ordem para retirar os jesuítas das missões e arrecadar os seus bens, em 18 de janeiro de 1759, através do ofício do governador da capitania geral de Pernambuco Luís Diogo lobo da Silva¹⁷.

Segundo Isabelle Braz Peixoto a transformação das aldeias em vilas de índios foi um processo bastante complexo e de amplo alcance, uma vez que marcou profundamente a população índias ou não do território do Ceará. O Diretório pombalino tinha por objetivo incorporar os índios ao projeto colonial, na condição de vassallos do rei e cumpridores de obrigações, entre as quais se destaca o pagamento de impostos. Entretanto, ocorreram diversas reações à implantação do Diretório nas vilas. As atitudes dos indígenas aldeados variaram da obediência à revolta contra os diretores. Diante disto, a Coroa portuguesa adotou uma multiplicidade de soluções e resoluções importantes. Um dos componentes que sobressai nessa conjuntura da dinâmica local é à margem de negociação e acomodação das vontades e tolerâncias que existiu entre as autoridades locais¹⁸.

O ano de 1759 foi, portanto, importante no processo de criação das vilas na interior da capitania subalterna do Ceará. Vila Nova de Soures (Caucaia), por exemplo, foi criada em 15 de outubro e a Vila Nova de Arronches (Parangaba) no dia 25 do mesmo mês. Em 01 de janeiro de 1760 foi criada a Vila Nova de Mecejana (Paupina), quatro anos depois, isto é, em 1764 criaram as Vila de Monte-mor-novo (Baturité) e a Vila do Crato. Em 1773, foi criada a Vila de Sobral, e em 1776 a Vila de Granja. No ano de 1789 foi criada a Vila de Campo Maior de Quixeramobim, e em 1791 a Vila Nova d El Rey (Campo Grande). Por fim, no início do século XIX, foram criadas outras vilas no Ceará, em 1801 as vilas de São Bernardo das Russas e São

¹⁷Sobre os decretos que ordenavam à criação de vilas no Ceará, após a segunda metade do século XVIII, na tentativa não só de inserir os índios como mão-de-obra regular na pecuária extensiva, como também na produção agrícola algodoeira do último quartel do século XVIII e para facilitar a captação de tributos da população pobre e livre ver o trabalho de Maria Auxiliadora Lemenhe. *As razões de uma cidade: conflitos de hegemonias*. Fortaleza: Stylus, 1991, pp. 324-328. Ver também a tese de doutorado de Isabelle Braz Peixoto da Silva. *Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp, 2003, pp. 84-101*

¹⁸Isabelle Braz Peixoto da Silva. *Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp, 2003, p.84, p. 88, pp. 137-139 e pp. 173-201.*

João do Príncipe, em 1814 a Vila de Santo Antônio do Jardim, e em 1816 a Vila de São Vicente das Lavras da Mangabeira¹⁹.

Além de atender as ordens do Marquês de Pombal o estabelecimento tardio das vilas e suas respectivas câmaras no contexto da colonização do Ceará, seria apontado, também, como possibilidade de aplicação de princípios da justiça, que até então era inexistente na capitania, ou era observado de acordo com as determinações unilaterais do capitão-mor (governador). Isto ocorria, pois na medida em que as aldeias eram elevadas à condição de vilas, além de ser nomeados os vereadores havia a nomeação dos oficiais da justiça e os juizes ordinários.

A comarca do Ceará que inicialmente fazia parte da Capitania de Pernambuco passou em 1711 a fazer parte da comarca da Paraíba, devido à longa distância que separava o Ceará do Pernambuco. Anualmente o ouvidor, que era o responsável máximo pela aplicação da justiça na capitania e era nomeado pelo rei por um período de três anos, deveria percorrer a sua jurisdição em correição. Entretanto, os ouvidores da comarca da Paraíba raramente visitavam o Ceará. Só em 1723 foi criada a Ouvidoria Real da capitania do Ceará, sediada na vila de Aquiraz.

A segunda comarca do Ceará só foi criada em 1816, com sede na vila do Crato, sul da capitania, compreendendo as vilas de São Roque do Príncipe, Campo Maior de Quixeramobim, Icó, Santo Antônio do Jardim e São Vicente. Apenas na década de trinta do século XIX, mais precisamente em 1833, que a província do Ceará passa a ser dividida em seis comarcas: Fortaleza, Crato, Sobral, Aracati, Icó e campo Maior de Quixeramobim²⁰.

De acordo com o estudo de José Eudes Gomes a fundação de vilas por decreto no contexto do Diretório Pombalino acabou também contemplando outras importantes medidas administrativas tomadas especialmente a partir da década de 1760, que tentava regulamentar o controle social sobre a capitania, isto é, os alistamentos militares, a confecção de mapas populacionais e a imposição do uso de passaporte pelos seus moradores.

¹⁹De acordo com as obras de Maria Auxiliadora Lemenhe. *As razões de uma cidade: conflitos de hegemonias*. Fortaleza: Stylus, 1991, pp-38-39 & Isabelle Braz Peixoto da Silva. *Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino*. Tese de São Paulo: Pontes, 2006, p. 93.

²⁰De acordo com Guilherme Studart. *Datas e factos para a história do Ceará*. Tomo I: Ceará colônia. Fac-simile da 1ª ed. de 1896. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, p.313 e 359 & Maria Auxiliadora Lemenhe. *As razões de uma cidade: conflitos de hegemonias*. Fortaleza: Stylus, 1991, pp. 36-37.

Com relação aos alistamentos e recrutamentos militares, os mesmos atuavam diretamente no sentido de reforçar os laços de submissão e dependência dos homens pobres aos fazendeiros e grandes comerciantes locais, na medida em que regimentalmente os postos de comando das tropas militares locais deveriam ser ocupados pelos mais poderosos de cada povoação²¹.

A recente produção historiográfica luso-brasileira considera que a partir da segunda metade do século XVIII uma nova “arquitetura do poder” instalou-se na América portuguesa, buscando atender os anseios de reestruturação econômica, política e administrativa emanadas pela Coroa portuguesa²². Acreditamos que foi justamente neste período histórico que a capitania subalterna do Ceará passou a se tornar uma região estratégica aos interesses portugueses, mediante o projeto de intensificação da criação das vilas e suas respectivas câmaras municipais. O ajuntamento da população nas vilas passou a ser imprescindível no contexto da dinamização da economia da capitania, com o aumento da produção da carne seca, couros e algodão. A criação das vilas além de facilitar à cobrança dos dízimos e impostos, atendia, de certa forma, o projeto de reestruturação da Coroa portuguesa.

A proliferação da criação das vilas na capitania subalterna do Ceará após a segunda metade do século XVIII, buscava também possibilitar a integração de vários grupos sociais, alguns considerados “homens vadios, sem ofício ou vagabundos, facinorosos e matadores”, entregues muitas vezes ao crime, devido aos desmandos reinantes na capitania. O ouvidor da capitania do Ceará, Manuel Magalhães Pinto e Avelar, por exemplo, enviou uma carta datada de 1787, para a rainha D. Maria I

²¹Ver o estudo de José Eudes Arrais Barroso Gomes. “*Um escandaloso teatro de horrores*”: a capitania do Ceará sob o espectro da violência. Monografia de Bacharelado, Departamento de História/UFC, 2006. pp. 104 -123.

²²Dentre a vasta produção historiográfica luso-brasileira que compartilha, em parte, com esse pressuposto destacamos os seguintes estudos: Antônio Manuel Hespanha. *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político em Portugal no Século XVII*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994; Vitorino Magalhães Godinho. “Finanças Públicas e Estrutura do Estado”. In: *Ensaio II. Sobre a História de Portugal*, Lisboa, 2ª ed., Ed. Liv. Sá da Costa, 1978; Nuno Gonçalo Monteiro. “Centro, Periferia e Estado. O Espaço Político Local nos Antigos Regimes”. In: César Oliveira (dir.). *História dos Municípios e do Poder Local. Dos Finais da Idade Média à União Européia*. Lisboa: Círculo de Leitores e Autores, 1996; Francisco Ribeiro Silva. *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1988, 2 vols; Sérgio Cunha Soares, *o Município de Coimbra: Da Restauração ao Pombalismo*. Tese de Doutorado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995; Maria Teresa Couto da Fonseca. *Relações de Poder no Antigo Regime. A Administração Municipal em Montemor-o-Novo*, Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade Nova de Lisboa, 1994; Isabel Maria Solimões de Oliveira. *A Figueira da Voz de 1771 a 1790. Poder e Cotidiano Municipal*, Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995 e Maria Fernanda Bicalho. “Centro e periferia: pacto e negociação política na administração do Brasil colonial”. In: *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional. Brasil - Portugal*. Nº 6, Lisboa, 2000.

relatando que as vilas deveriam desenvolver projetos para integrar os homens, tornando-os úteis à sociedade. O capitão-mor Luis da Mota Feo e Torres, por sua vez, publicou em 1789 um edital na região do Inhamuns, declarando que os donos de fazendas não conservassem nelas agregados que fossem criminosos ou desertores, enviando-os à cadeia mais próxima ou entregando-os aos juízes ordinários. O Capitão-mor considerava que havia aumentado o número de homens “*vadios e ociosos*” na capitania e estava ocasionando “*gravíssimos danos a Real Fazenda, e ao sossego público e particular*”²³.

No entanto, apesar de algumas autoridades ressaltarem que havia um aumento de homens desocupados no interior da capitania do Ceará, nas últimas décadas do século XVIII, há um número expressivo de editais, bandos e correspondências que relatam com pormenores a conjuntura de prosperidade econômica do Ceará.

Algumas fontes manuscritas que estão sob a guarda do Arquivo Público do Ceará, juntamente com documentação do Conselho Ultramarino referente à capitania do Ceará, isto é, as correspondências trocadas, após a segunda metade dos setecentos, entre as autoridades locais da capitania subalterna do Ceará e a administração metropolitana, mesmo que seja por via dos governadores da capitania de Pernambuco, sendo “filtradas” pelos mesmos, trazem indícios que as autoridades locais do Ceará souberam aproveitar desta conjuntura histórica enaltecendo a prosperidade econômica do território e a necessidade de tornar a capitania independente da capitania de Pernambuco. Com isto passaram a insistir na prerrogativa que seria mais relevante para a Coroa portuguesa emancipar a capitania do Ceará, facilitando com isto, além do controle das desordens e desmandos que reinavam sobre o território, a melhor cobrança dos impostos e subsídios²⁴.

Acreditamos que é a partir desta nova conjuntura local, que os governantes empreenderam na árdua tarefa de redescobrir o Ceará ou “reinventá-lo”, buscando trilhar o caminho para a independência da capitania. Na tentativa de corroborar o nosso pressuposto, a presente pesquisa pretende cotejar novas fontes documentais,

²³Ver os seguintes documentos: Projeto Resgate de Documentação Histórica. Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Ceará (1618-1832). Carta do ouvidor do Ceará, Manuel Magalhães Pinto e Avelar, à rainha D. Maria I sobre a situação da referida capitania, 3 de fevereiro de 1787. CT: AHU ACL CU 017, caixa 11, documento 644 & APEC. Livro 16: Portarias, editais, bandos e ordens régias (1762-1804). “Edital para os Inhamuns a respeito dos vagabundos, criminosos, dezertores, e que uzão as armas Prohibidas”. Edital de 25 de novembro de 1791, fls 67v e 68.

²⁴Ver, por exemplo, Arquivo Público do Ceará (APEC). Livro 18: Termos de juramento e posse da capitania do Ceará (1767-1840), Livro 14: Registro de portarias, editais, patentes, bandos e ordens régias da Câmara da Vila de Icó (1761-1796), Livro 16: Portarias, editais, bandos e ordens régias (1762-1804) e Offícios e cartas do governo da Capitania do Ceará a sua Alteza Real e Conselho Ultramarino (1804-1807).

para assim poder mapear com mais detalhes o tom das negociações estabelecidas nas correspondências trocadas entre as autoridades locais residentes no Ceará e à Coroa portuguesa. Pretende-se, dessa forma, não mais reproduzir um discurso reducionista sobre o longo processo de independência do Ceará da capitania do Pernambuco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial (1500-1800). 7ª ed. anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

_____. Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil. 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

ARAGÃO, Renato Batista. *Índios do Ceará e topônimos indígenas*. Fortaleza: Barraca do Escritor Cearense, 1994.

ARARIPE, Tristão de Alencar. *Historia da Província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850*. 2ª ed. Anotada. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1958.

BARROS, Paulo Sérgio Barros. *Confrontos invisíveis: colonialismo e resistência indígena no Ceará*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.

BEZERRA, Antônio. *O Ceará e os Cearenses*. 1ª edição de 1906. Edição fac-similar. Coleção Biblioteca Básica Cearense. Fortaleza: Fundação Waldermar Alcântara, 2001.

_____. *Algumas Origens do Ceará*. Fortaleza: Typografia Minerva, 1918.

BICALHO, Maria Fernanda Bicalho. "Centro e periferia: pacto e negociação política na administração do Brasil colonial". In: *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional. Brasil - Portugal*. Nº 6, Lisboa, 2000.

CHANDLER, Billy Jaynes. *Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns: a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil (1700-1830)*. Fortaleza: Edufc; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

FONSECA, Maria Teresa Couto da. *Relações de Poder no Antigo Regime. A Administração Municipal em Montemor-o-Novo*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade Nova de Lisboa, 1994.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. *As oficinas ou charqueadas no Ceará*. Fortaleza: Secult, 1995.

GODINHO, Vitorino Magalhães. "Finanças Públicas e Estrutura do Estado". In: *Ensaio II. Sobre a História de Portugal*, Lisboa, 2ª ed., Ed. Liv. Sá da Costa, 1978.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. *“Um escandaloso teatro de horrores”: a capitania do Ceará sob o espectro da violência*. Monografia de Bacharelado, Departamento de História/UFC, 2006.

HESPANHA, Antônio Manuel. *As Vésperas do Leviathan*. Instituições e Poder Político em Portugal no Século XVII, Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

JÚNIOR, Antônio Otaviano Vieira. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004.

LEMENHE, Maria Auxiliadora Lemenhe. *As razões de uma cidade: conflitos de hegemonias*. Fortaleza: Stylus, 1991.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Centro, Periferia e Estado. O Espaço Político Local nos Antigos Regimes”. IN: César Oliveira (dir.). *História dos Municípios e do Poder Local. Dos Finais da Idade Média à União Européia*. Lisboa: Círculo de Leitores e Autores, 1996.

PINHEIRO, Francisco José. “Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território”. In: Simone de Sousa (org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. “Aldeias indígenas e povoamento do Nordeste no final do século XVIII: aspectos demográficos da cultura de contato”. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: HUCITEC/Anpocs, 1992.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros. Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2002.

RODRIGUES, José Honório. Introdução do Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará (Do Tomo I ao LXVIII), 1887-1954. *“A Historiografia Cearense na Revista do Instituto do Ceará”*. José Honório Rodrigues e Leda Boechat Rodrigues (Orgs.). Fortaleza: ABC Editora, 2002.

SILVA, Francisco Ribeiro. *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1988, 2 vols.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto. *Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino*. São Paulo: Pontes, 2006.

SOARES, Sérgio Cunha. *O Município de Coimbra: Da Restauração ao Pombalismo*. Tese de Doutorado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.

STUDART, Guilherme. *Datas e factos para a história do Ceará*. Tomo I: Ceará colônia. Fac-simile da 1ª ed. de 1896. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001
_____. *Geografia do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1994.

ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL.

Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394.

Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais

THÉRBERGE, Pedro. *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará*. Tomo I. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.